

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod. K 0 0 0 0 1 0 5

I ENCONTRO SOBRE MEIO AMBIENTE E REFORMA AGRÁRIA

O Papel dos Projetos de Assentamento Extrativista

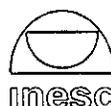
RELATÓRIO FINAL

24 e 25 de novembro de 1995
Brasília, DF



Konrad
-Adenauer-
Stiftung

Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung
Av. Dom Luiz, 880 a 601 - Fortaleza - CE
CEP: 60160-230 - Fone/Fax: (085) 261.9293



Instituto de Estudos Sócio-Econômicos
SCS - Qd. 08 - Bloco B-50 - Salas 433/441 - Supercenter Venâncio 2.000
70.333-970 - Brasília - DF - Fone: (061) 226.8093 - Fax: (061) 226.8042

APRESENTAÇÃO:

Este trabalho apresenta as recomendações finais dos grupos de trabalho participantes do I ENCONTRO SOBRE MEIO AMBIENTE E REFORMA AGRÁRIA: O Papel dos Projetos de Assentamento Extrativista. A idéia deste ENCONTRO foi, originalmente, concebida durante um encontro entre lideranças do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, Superintendências do INCRA e ONG's, ocorrida em maio de 1995 em Belém/PA. Seguiu-se à proposta, uma reunião de Superintendentes do INCRA na Amazônia, lideranças de movimentos sociais e representantes das ONG's em Macapá/AP, onde ficaram definidas as linhas de discussão que deveriam ser encaminhadas durante o ENCONTRO.

Originalmente previsto para outubro de 1995, o ENCONTRO só pode ser realizado agora devido a uma série de transtornos político institucionais que não puderam ser contornados. Uma conjuntura extremamente favorável, marcada pela presença de trabalhadores extrativistas em Brasília e pelo trabalho em parceria com o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais - CNPT/IBAMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com o apoio da Fundação Konrad Adenauer - KAS, tornou possível o ENCONTRO.

OBJETIVOS:

Viabilizar o debate e reflexão entre assentados, lideranças, técnicos, estudiosos e autoridades sobre a problemática ambiental e sua precária relação com a reforma agrária, na perspectiva dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAEs).

Subsidiar o estabelecimento de políticas e diretrizes que possibilitem o desenvolvimento social e econômico das áreas e populações extrativistas.

METODOLOGIA:

O Encontro teve duração de dois dias com a apresentação, na parte da manhã, de palestras proferidas por técnicos e autoridades envolvidos na questão extrativista, com ênfase nas experiências em desenvolvimento nos PAEs e Reservas Extrativistas (RESEX).

O período da tarde, dos dois dias, do evento foi reservado para trabalhos em grupo sobre temas específicos da problemática dos Assentamentos Extrativistas. O evento foi encerrado com amplo debate em plenária das recomendações tiradas dos grupos.

Este relatório final está sendo encaminhado aos participantes do encontro, instituições representativas dos trabalhadores rurais e instâncias governamentais envolvidas com a questão extrativista, tendo à frente o INCRA, órgão gestor da política fundiária e dos PAEs.

ABERTURA:

Iara Pietricovsky de Oliveira - INESC, Bernd Dresen - KAS, Alceu Azevedo - INCRA, Analuce Freitas - INESC.

PALESTRAS PROFERIDAS:

1. Tema: Concepção e criação dos PAEs - Uma visão histórica

Palestrante: Mario A. Menezes, Agrônomo

Sumário: Os PAEs foram concebidos no âmbito do poder público, no contexto da Reforma Agrária, tendo como perspectiva a sua viabilização, que à época, 1987, estava sendo trabalhada pela Assembléia Nacional Constituinte. Atualmente, doze são os PAEs criados, totalizando em torno de 850 mil hectares protegidos e

18 mil famílias beneficiadas. Os PAEs e as RESEX são dois dispositivos conceitualmente semelhantes, mas diferentes quanto à sua aplicabilidade jurídica. Administrados por instâncias governamentais distintas, atendem a especificidades próprias, e ambas podem ser adotadas em nível nacional, indiferentemente da base de recursos extrativos explorada.

2. Tema: O INCRA e os PAEs

Palestrante: Alceu Azevedo, Diretor em Exercício do Departamento de Assentamento - INCRA

Sumário: O INCRA reconhece que os PAEs são um instrumento adequado de Reforma Agrária para as áreas com potencial extrativo. Apesar disso, essa modalidade de assentamento não recebeu do órgão fundiário o apoio necessário à criação de novos projetos, bem como ao desenvolvimento e consolidação dos já existentes. Ao contrário, a grande demanda por criação de novas áreas não tem sido minimamente atendida, e a maioria dos projetos criados permanece à espera dos trabalhos de regularização fundiária, da demarcação de seus limites e de aporte técnico-financeiro e institucional, às alternativas econômicas para o desenvolvimento dessas áreas. O INCRA se compromete a retomar o processo de criação e desenvolvimento dos PAEs.

3. Tema: Reservas Extrativistas - O Papel do CNPT

Palestrante: Rafael Pinzon Rueda, Agrônomo

Sumário: Fez referência ao processo de concepção das RESEX pelo poder público, viabilizado a partir das pressões que se fizeram exercer sobre o governo brasileiro após o assassinato do líder Chico Mendes. A partir do início de 1990, quando se deu a regulamentação da figura RESEX (Decreto-lei 98.897), foram criadas nove Reservas, sete das quais na Amazônia e Pré-Amazônia, uma de quilombolas no Maranhão e outra marinha, em Santa Catarina. Delineou os critérios para a criação de RESEX, referidos na portaria CNPT/IBAMA nº 118, de outubro de 1994, e mencionou as ações programadas e em curso no âmbito do Projeto RESEX do Programa Piloto. Finalizou fazendo apelo às autoridades e técnicos do INCRA no sentido de retomar os PAEs em face de sua adequabilidade como instrumento de reforma agrária para as áreas extrativistas e de sua importância na consecução de um modelo de desenvolvimento sustentável, hoje de interesse mundial.

4. Tema: Viabilidade Econômica do Extrativismo

Palestrante: Marina Silva, Senadora (AC)

Sumário: O extrativismo, que ao longo da história foi visto como uma atividade atrasada, hoje se mostra viável economicamente, apesar de não ter recebido aportes e apoio dos programas e políticas governamentais para a Amazônia. Ressaltou a importância de levar em consideração o valor ambiental embutido nos produtos extrativos, particularmente na manutenção da biodiversidade amazônica, e no que representa essa forma de uso social dos recursos florestais na viabilização da atividade humana produtiva na floresta. Citou novas tecnologias no desenvolvimento de produtos florestais, como o caso do couro vegetal, e a possibilidade de ampliação e criação de mercados para esses produtos, o que abre boas perspectivas para o desenvolvimento econômico do extrativismo. Manifestou sua preocupação com relação ao patenteamento de processos de beneficiamento e transformação de produtos florestais de domínio tradicional das populações extrativistas.

RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO:

Grupo 1: Organização social dos assentamentos

A organização social é fundamental para implantação dos PAEs.

Recomendações ao INCRA:

- Criar novos PAEs;
- Envolver, desde o início de processo de criação, as comunidades locais e outros segmentos afins (governamentais e não-governamentais);

- Criar um departamento específico dentro do órgão com atribuição de desenvolver os PAEs;
- Trabalhar em conjunto com as associações já existentes, sindicatos, Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e outras instituições, através de convênios, buscando parceria com outros órgãos como IBAMA, CNPT, órgãos de meio ambiente dos estados etc.;
- Apoiar financeiramente o trabalho de organização social nas áreas dos PAEs;
- Criar condições efetivas para a divisão de competência entre o INCRA (criação, implantação) e os movimentos sociais (organização social);
- Priorizar a criação e desenvolvimento de PAEs nas áreas onde já há população organizada.

Grupo 2: Regularização fundiária

Situação atual:

- Os PAEs são criados somente em áreas regularizadas (desapropriadas ou arrecadadas);
- A maioria dos PAEs permaneceu ao longo do tempo a mercê de invasores e pessoas estranhas aos objetivos do Assentamento Extrativista - muitos, antes e depois da criação;
- Em função disso, é grande o número de pessoas desenvolvendo atividades incompatíveis com o Projeto (extração madeireira, pecuária extensiva, garimpo etc.), bem como o de famílias extrativistas que vêm deixando as áreas;
- A maioria dos PAEs não está demarcada.

Passos a serem dados:

- Curto prazo:
 - . Vistoriar os PAEs Terruaã, Antemari, Porto Dias, Riozinho, Santa Quitéria para verificação da oportunidade de indenizar as benfeitorias;
 - . Promover as indenizações cabíveis;
 - . Promover a retirada dos invasores;
 - . Demarcar os PAEs Maracá I, II e III;
 - . Celebrar os contratos de concessão de uso nos PAEs Maracá I, II e III.
- Médio prazo:
 - . Demarcar os demais PAEs;
 - . Realizar os levantamentos sócio-econômicos e cadastramento da população local, bem como elaborar os planos de utilização dos PAEs (com exceção dos PAEs Maracá I, II e III);
 - . Celebrar os contratos de concessão de uso desses PAEs.

Estratégias de parcerias:

- Em nível local:
 - . Realizar um seminário, sob a coordenação das superintendências do INCRA, com a participação do IBAMA, OEMAs, Ministério Público, CNS, STRs, Associações dos PAEs e FETAGRIs, para nivelamento de informações sobre os PAEs e definição, com divisão de atribuições, das ações a serem desenvolvidas na área de regularização fundiária;
- Em nível regional
 - . Desenvolver intercâmbio de experiências na área de regularização fundiária dos PAEs, entre os estados detentores desses projetos, tendo à frente o INCRA e o CNS;
- Em nível nacional
 - . Definir critérios básicos - INCRA em parceria com o CNS - para a desapropriação de áreas com destinação para PAEs, considerando, entre outros aspectos, a ocorrência de conflitos locais, o tamanho da população da área, a organização interna e o potencial extrativo;

- Encaminhar relação de áreas que devem ser objeto de PAEs, com a indicação do nível de prioridade a ser considerado para cada uma delas. Esse encaminhamento deve ser feito ao INCRA, através do CNS.

Papel das ONGs

- Identificar e encaminhar ao CNS elenco de áreas que devem ser objeto de criação de PAEs;
- Fiscalizar os PAEs criados, nos aspectos relacionados com a regularização fundiária, de modo particular o uso e apropriação dos recursos naturais.

Recomendações específicas

- Que os processos de criação de PAEs, no INCRA, sejam estabelecidos somente a partir da demanda efetiva de sua população, através do CNS;
- Que sejam incorporados aos processos administrativos de criação dos PAEs o memorial descritivo e mapa com o contorno definitivo da área;
- Que o INCRA repasse experiência e recursos financeiros ao IBAMA, para agilização dos processos de regularização fundiário das RESEX.
- Que o INCRA inicie imediatamente discussão junto às associações de moradores, ou congêneres, dos PAE's, com vistas a definição da forma pela qual se dará o processo de concessão de uso nos projetos criados.

Grupo 3 - Levantamento Sócio-Econômico

Funções:

- Avaliar (diagnosticar) a situação atual dos PAEs;
- Apresentar um quadro da realidade, mediante um levantamento formal, estruturado com objetivos específicos. Esse quadro deve permitir uma visão global da realidade levantada;
- Fornecer subsídios para tomada de decisões.

Conteúdo:

- Cadastramento nominal das famílias locais;
- Sistematização dos dados levantados pelo questionário, considerando tanto o valor científico deste, como a adequabilidade de sua aplicação às características culturais da população local;
- Resultado das pesquisas complementares, particularmente sobre situações críticas (invasões, uso ilegal de recursos etc.).
- Contexto histórico e outros dados qualitativos.

Participação:

- Equipe interdisciplinar (economista, agrônomo, eng. florestal, antropólogo, sociólogo, etc.) na elaboração do questionário;
- Sociedade civil, de forma ampla (sindicatos locais, associações etc.);
- Pessoas treinadas na aplicação dos questionários;
- Realização de encontros comunitários para o retorno dos dados levantados.

Continuidade:

- Necessidade de levantamentos regulares devido às situações dinâmicas encontradas nos PAEs;
- Recoleta contínua de dados mediante vistorias, acompanhamento de atividades locais e pesquisas pontuais;
- Implantação de mecanismos de difusão das informações levantadas, mediante encontros comunitários, acesso à base de dados, boletins simples etc.;
- Realização de um novo levantamento sócio-econômico formal depois de cinco ou seis anos.

Problemas:

- Sonegação de informações;
- Falsas informações;
- Falta de confiança na entrevista;
- Ameaças;
- Dificuldades na difusão das informações;
- Dificuldades institucionais (em níveis municipal, estadual e federal);
- Difícil acesso aos locais;
- Falta de clareza na formulação dos conceitos e perguntas;
- Treinamento pouco adequado para os quadros;
- Dinâmicas do mercado que descaracterizam as atividades tradicionais.

Grupo 4: Zoneamento ecológico-econômico (ZEE)

- O ZEE é um instrumento de planejamento de políticas públicas e privadas, sendo necessário o conhecimento e divulgação do conceito do econômico e ecológico;
- É necessário que a sociedade civil e o Poder Público participem do processo de concepção e execução do ZEE através de seminários, monitoramento, divulgação de informações, diagnósticos. Nesse processo é importante a participação do INCRA por ser o órgão gestor da política fundiária do país.
- Durante as discussões em plenária, foi levantada a importância de distinguir-se o macrozoneamento do zoneamento em nível dos PAEs. Nesse caso, considerou-se a necessidade de trabalhar-se com escalas compatíveis às exigências das áreas e da compatibilização de metodologias adequadas. Foi discutida a importância da adoção de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) como instrumento do planejamento nessas áreas.

Grupo 5: Proteção da floresta - PAEs como unidades de conservação

- Os PAEs constituem áreas de uso racional dos recursos da floresta, através de manejo múltiplo;
- Essa modalidade de projeto apresenta uma dualidade - produção/conservação - que é um pressuposto da auto-sustentabilidade, o mesmo que dá à RESEX a condição de Unidade de Conservação de Uso Direto;
- Os PAEs podem ser criados onde as RESEX não tem como viabilizar-se juridicamente;
- Do ponto de vista do que se entende por assentamento e por reserva, quantitativamente é mais difícil criar RESEX que PAE;
- É necessário realizar discussões em cada área sobre a utilização do "método extrativista de colheita sustentada";

- Também é importante executar projetos de reflorestamento nas áreas degradadas com cultivos rentáveis.
- Como unidades de conservação, PAEs devem ser criados em áreas de babaçuais.

Grupo 6: Capacitação

Situação Atual:

- Alto índice de analfabetismo das populações locais;
- Precária (in)formação política da população dos PAEs;
- Falta de conhecimentos técnicos sobre as possibilidades de aproveitamento do potencial produtivo das bases de recursos naturais existentes;
- As demandas das comunidades geralmente estão atreladas à capacidade dos técnicos em propor e elaborar projetos (EMATER, principalmente);
- Falta de capacitação na área de saúde básica;
- Precária capacidade administrativa em nível das associações, cooperativas etc., existentes nos Projetos;
- Carência de recursos financeiros e de equipamentos para colocar em prática e reproduzir localmente conhecimentos adquiridos na capacitação;

Demandas prioritárias e recomendações:

- **Educação:**
 - . Desenvolvimento de um programa de alfabetização de adultos nos PAEs;
 - . Capacitação de professores e monitores, referenciada na realidade local.
- **Saúde, nutrição e higiene:**
 - . Capacitação de agentes de saúde locais, com ênfase na realidade do PAE (inclusive na área da medicina popular-fitofármacos);
 - . Capacitação na área alternativa: utilização de resíduos de plantas comumente cultivadas (mandioca, banana etc.), folhas, cascas etc.;
 - . Capacitação na área de saúde animal.
- **Produção:**
 - . Estabelecimento de um programa voltado para a formação e capacitação de técnicos agrícolas nos centros de tecnologia alternativas e escolas técnicas família-agrícola (ESPLAR-CE, Escola Técnica Família Agrícola de Boa Esperança - ES, Jaguaré-ES, entre outras). Esses cursos são multidisciplinares e cobrem áreas como a florestal, agro-florestal, apicultura, manejo de capoeira, etc.
 - . Estabelecimento de um programa de formação de agricultores-extencionistas, a partir da monitoria dos técnicos agrícolas com formação em escolas-família;
 - . Capacitação na área de manejo de recursos naturais extrativos (seringueira, castanha, babaçu, recursos pesqueiros, mate, etc.).
- **Beneficiamento/transformação:**
 - . Capacitação em PBD-Placa Bruta Defumada, pelo IBAMA;
 - . Capacitação em (semi)beneficiamento doméstico de produtos locais (farinha, óleos, sabão, ração, doces, sucos, biscoitos, entre outros). Instituições monitoras: SENAR, EMBRAPA, INPA. Instituições financiadoras: OINCRA, SENAR, DENACOOP.
- Capacitação nas áreas de administração, gestão e controle.
- **Organização comunitária**
 - . Capacitação de lideranças locais e membros das comunidades, em planejamento participativo e desenvolvimento organizacional;

- . Estabelecimento de um programa de apoio e capacitação da mulher trabalhadora rural extrativista, com ênfase nos aspectos de cidadania - a mulher como sujeito do processo de desenvolvimento nos PAEs;
- . Capacitação de fiscais colaboradores;
- . Capacitação de técnicos, lideranças e membros das comunidades, na elaboração dos Planos de Utilização.

Grupo 7 - Plano de Utilização

O que é um P.U.

- Diferenciar um P.U. de um plano de desenvolvimento;
- Conter normas de uso e manejo dos recursos dos PAEs;
- O nível de detalhamento do P.U. depende das particularidades ecológicas e práticas tradicionais dos moradores da área;
- É um documento legal que é parte integrante do Contrato de Concessão de Uso da Terra;
- Não deve ser uma "camisa de força" ao desenvolvimento da área, mas um documento que norteie, de forma flexível, as ações de uso de seus recursos;
- Deve conter uma linguagem acessível.

Processo de elaboração:

- Deve ser precedido por um levantamento sócio-econômico;
- É necessário contar com a ampla participação dos moradores;
- A participação dos técnicos é também muito importante;
- O processo constitui um instrumento de conscientização dos membros da Associação;
- Uma vez aprovado, deve ser amplamente divulgado;
- Comissões locais de fiscalização são importantes na implantação do P.U.

Elementos a serem levados em consideração:

- Filosofia e estratégia produtiva;
- Direitos e Responsabilidades;
- Intervenções: 1) agro-extrativistas, 2) na fauna silvestre, 3) na flora, 4) na pecuária, 5) no subsolo e 6) nas áreas de uso comum.
- Áreas de preservação permanente;
- Fiscalização;
- Penalidades, e
- Disposições gerais.

Questões legais:

- Os dispositivos legais têm que ser respeitados, sendo às vezes necessário retirar os pontos que podem criar contradições;
- É preciso estabelecer a representatividade das associações ou cooperativas que vão elaborar os P.U.

Grupo 8 - Linhas de Crédito

- Crédito Agrícola
 - . São instrumentos financeiros de suporte à agricultura, à pecuária e às atividades extrativistas;
- Modalidades de Crédito
 - . Institucional (INCRA)
 - . Crédito Implantação: alimentação = R\$ 240,00/família e fomento = R\$ 600,00/família;
 - . PROCERA*
 - . Custeio Agrícola (R\$ 1.000,00/família; juros de 4%/ano);
 - . Investimento (R\$ 7.500,00/família; juros de 12%/ano);
 - . Crédito Habitação (R\$ 1.800,00/família)
 - . Crédito de Fundo Constitucional
 - . FNO Especial

Recomendações:

- Viabilizar o uso coletivo dos créditos institucionais;
- Possibilitar a consecução de documentos pessoais básicos;
- Capacitar na área de gerenciamento de recursos financeiros;
- Revisar as normas da modalidade do Crédito Implantação;
- Na existência e aprovação do Plano de Utilização, vincular às normas deste a aplicação dos créditos.

Grupo 9 - Formação dos grupos técnicos nacional e regionais

Recomendações a curto prazo:

- Reformular o item III da Portaria 627 de 30/07/87 ("... Diretoria de Assentamento, de Recursos Fundiários, Cadastro e Procuradoria Jurídica ...");
- Incorporar um novo item à mesma Portaria, autorizando o Superintendente Regional a constituir Grupos Executivos nas respectivas superintendências regionais, conforme recomendação do Grupo Executivo Nacional;
- Criar Grupo de Trabalho Interinstitucional a ser composto por representantes dos seguintes órgãos e entidade: INCRA (Coordenação), IBAMA, OEMA, CNS, STR, Associação local e organização ambientalista indicada pelos moradores dos PAEs.

Recomendações a médio prazo:

- Criação do Departamento de Apoio às Populações Tradicionais e Conservação Ambiental em nível nacional (INCRA/Brasília).
- Criação de instâncias regionais de Apoio às Populações Tradicionais e Conservação Ambiental, no âmbito das superintendências do INCRA.

* Cada Estado tem sua comissão permanente, além da Comissão Nacional, em Brasília. São membros da Comissão Permanente o INCRA, agentes financeiros, (BASA, Banco do Brasil e bancos estaduais), representante dos assentados, representante da FETAGRI, representante do Governo do Estado e órgão da extensão rural.

RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

NOME	ENTIDADE
Valterlucio Bessa Campelo	INCRA/AC
Frânio Luiz Nogueira Pinheiro	INCRA/AC
Raul Pereira Barbosa	INCRA/AM
Luiz da Silva Pereira	AMOREX
Julio Barbosa de Aquino	Coop. Agro Extrativista de Xapuri//AC
Francisco Orleis Fortunato da Silva	ASAREAF
Mancival Garcia Barrador	ATRA
Jorge Luiz Silva Furtado	INCRA/DF
Arcângelo João Luciano	INCRA/AC
Anatalia Antonieta dos Santos	FETACRE
Vitor Carlos Kaniak	Câmara dos Deputados - Gab. Dep. Luciano Pizzato
Marcos José do Espírito Santo Quadros	INCRA/AP
Pedro Ramos de Souza	Conselho Nacional dos Seringueiros/AP
Maristela Costa Lordeiro	INCRA/BA
Luiz Gonzaga da Silva	INCRA
Antonio Carneiro de Padua	INCRA/TO
Juan Carlos Carrasco Rueda	Conselho Nacional dos Seringueiros/AP
Raimundo Ernesto da Silva	INCRA/AP
Sebastião Pereira Cajango	INCRA/MT
Lourival Monteiro	Delegado Sindical/AC
Domingos Sávio Lopes dos Santos	INCRA/RR
Hiram Batista Cabral	INCRA/RO
Maria Araújo de Aquino	Conselho Nacional dos Seringueiros/AC
Ana Lúcia da Cruz	Ministério do Meio Ambiente/DF
Inácio Marques Siqueira Valente	INCRA/AP
Maria Aparecida Campos Lucena Dias	INCRA/AM
Manoel Rodrigues de Souza	Conselho Nacional dos Seringueiros/AM
Manoel Gomes Coelho	Conselho Nacional dos Seringueiros/AP
Manoel Francisco Evangelista de Matos	Delegado Sindical/PA
José Juarez de Santos	Conselho Nacional dos Seringueiros/AC
Leoncio Cerqueira de Menezes	Conselho Nacional dos Seringueiros/AC
Francisco Lopes da Silva	Conselho Nacional dos Seringueiros/RO
Rosildo Rodrigues de Freitas	Sindicato dos trabalhadores Brasília/AC
Paul Elliott Little	UNB
Ary de Souza Pimentel	Conselho Nacional dos Seringueiros/PA
Everaldo Dutra dos Santos	Conselho Nacional dos Seringueiros/MT
João José de Souza Cruz	INCRA/TO
Maria Raquel Mattoso Mattedi.	IEA/BA
Manoel da Silva	ACTEX/MA
Adriana Ramos	Instituto Socioambiental/BAA
Steve Schwartzman	ISA/DF
Kelson de Freitas Vaz	IEA/AP
Jonas dos Santos Braga	Associação dos Trab. na Agricultura Extrativista AP
Pedro Correia de Souza	IEA/AP
Francisco Machado dos Santos	Conselho Nacional dos Seringueiros/TO
Mário Assis Menezes	Consultor/SP
Manoel Mercado Soares	ASCM/RO
Francisco Vasconcelos de Freitas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais/AM
Raimundo Gomes da Silva	Conselho Nacional dos Seringueiros/TO
José da Silva Pereira	FETACRE/AC
Antonio Batista de Araújo	CNPT/AC
Mauri da Conceição Vales da Silva	CNPT/MA
Ângela Maria Cañón Cajeras	IPPUR UFRJ

MÁRIO A. MENEZES- CONSULTOR INESC
PAUL E. LITTLE - CONSULTOR INESC
ANALUCE R. FREITAS - ACESSORA INESC